

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.250 - CE (2019/0310930-7)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : ESTADO DO CEARÁ**  
**PROCURADOR : CARLOS OTÁVIO DE ARRUDA BEZERRA E OUTRO(S) -**  
**CE005207**  
**RECORRIDO : ROGÉRIO SILVA MOREIRA**  
**ADVOGADO : RODOLFO LICURGO TERTULINO DE OLIVEIRA -**  
**CE010144**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **ESTADO DO CEARÁ**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 530e):

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA AJUIZADA POR SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL VISANDO À ANULAÇÃO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE CULMINOU COM SUA DEMISSÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA, A QUAL DECLAROU A NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE DEMITIU O AUTOR. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO DA PENA. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO JUSTIFICADA. FIXAÇÃO EQUITATIVA DAS VERBAS HONORÁRIAS. PROVIMENTO PARCIAL.**

- 1. No período em que foi nomeado para exercer o cargo de Diretor do Núcleo de Execução da Administração Tributária de Acaraú, foi indiciado, junto com outros dois servidores, no Processo Administrativo Disciplinar nº 49/2002, o qual culminou com a demissão do apelado.*
- 2. Os depoimentos testemunhais são inconsistentes e inconclusivos para configurar desídia funcional, apontado apenas para indícios da prática das infrações imputadas ao autor, algumas testemunhas só por ouvir dizer, tendo diversas delas inclusive afirmado que o indiciado goza de boa reputação, desconhecendo qualquer fato que macule sua vida profissional.*
- 3. Não foram colacionados documentos que comprovassem rasuras nem qualquer usurpação de competência do diretor e homologações indevidas, bem como não foi determinada a produção de prova pericial para apuração das denúncias, sendo colhidas tão somente provas orais.*
- 4. A pena infligida ao servidor carece de razoabilidade e proporcionalidade, porquanto aplicada em descompasso com as provas apuradas nos autos, não restando motivada pela Administração a*

*apontada desídia, reclamando, portanto, a intervenção do Judiciário objetivando coibir a constatada ilegalidade, permitida nessa hipótese. Precedentes do STJ e desta Corte.*

*5. Com relação às verbas honorárias, a fixação deve ser equitativa, nos termos do § 8º do art. 85 do CPC/2015, considerando-se que o valor atribuído à causa é baixo, tendo-se por razoável o arbitramento no montante de R\$ 1.000,00 (mil reais).*

*6. Apelação conhecida e parcialmente provida, tão somente para fixar equitativamente as verbas honorárias no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 594/599e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 1.022 do Código de Processo Civil – "consoante restou devidamente exposto ao longo dos embargos declaratórios, o acórdão antes exarado pelo TJCE às fls. 530/536 restou omissos quanto a questões essenciais ao correto deslinde da demanda, sobretudo no que toca à existência de provas conclusivas acerca da autoria e da materialidade dos atos imputados ao autor, sobretudo confissão expressa, o que demonstra a proporcionalidade da pena de demissão aplicada ao servidor" (fl. 561e); e
- II. Art. 373 do Código de Processo Civil – "consoante se verifica acima, trata-se de uma relação de 38 (trinta e oito) documentos que apontavam as irregularidades de autoria imputada ao demandante, todas elas desconsideradas pelo Tribunal *a quo* ao fundamentar a decisão de procedência da pretensão na suposta ausência de acervo probatório que ensejasse a aplicação proporcional da pena de demissão" (fl. 570e).

Com contrarrazões (fls. 610/620e), o recurso foi inadmitido (fls. 622/625e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em REsp (fl. 668e).

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

O Recorrente sustenta a existência de omissão no acórdão recorrido, não sanada no julgamento dos embargos de declaração, pois, "consoante restou devidamente exposto ao longo dos embargos declaratórios, o acórdão antes exarado pelo TJCE às fls. 530/536 restou omissos quanto a questões essenciais ao correto deslinde da demanda, sobretudo no que toca à existência de provas conclusivas acerca da autoria e da materialidade dos atos imputados ao autor, sobretudo confissão expressa, o que demonstra a proporcionalidade da pena de demissão aplicada ao servidor" (fl. 561e).

Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia nos seguintes termos (fls. 532/536e):

*Conheço da Remessa Necessária e do recurso de Apelação, posto que preenchidos os requisitos legais de admissibilidade.*

*Insurge-se o Estado do Ceará contra sentença de procedência do pedido exordial, a qual anulou decisão administrativa que culminou com a demissão do autor, arbitrando verbas honorárias em 15% do valor do proveito econômico obtido.*

*Alega o ente público, em resumo, a regularidade do procedimento administrativo que aplicou pena de demissão ao autor, o qual, segundo ele, teria transcorrido em obediência aos postulados do contraditório e da ampla defesa, bem como teria procedido a uma correta apreciação das provas produzidas, restando delineada a desídia do servidor.*

*Por fim, se insurge quanto aos honorários arbitrados, pleiteando sua redução.*

*O arrazoadado recursal merece prosperar em parte.*

*Da leitura dos documentos acostados ao feito, tem-se que o demandante/apelado é servidor da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, ocupante do Cargo de Auditor do Tesouro Estadual.*

*No período em que foi nomeado para exercer o cargo de Diretor do Núcleo de Execução da Administração Tributária de Acaraú, foi*

*indiciado, junto com outros dois servidores, no Processo Administrativo Disciplinar nº 49/2002, em trâmite na Procuradoria- Geral do Estado do Ceará, a ele sendo imputadas, com base em Sindicância realizada, as seguintes infrações administrativas: deixar de homologar autos de infração quando detectadas irregularidades; homologação de processos sem a devida documentação legal;*

*rasura de documentos; homologações exclusivas do diretor sendo efetuadas por qualquer servidor do NEXAT/Acaraú.*

*O relatório conclusivo da Comissão Processante opinou pela demissão dos servidores, com fundamento no art. 199, inciso XI, da Lei nº 9.826/74 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), verbis:*

*Art. 199 - A demissão será obrigatoriamente aplicada nos seguintes casos:*

*XI - desídia funcional;*

*Infere-se das cópias do procedimento administrativo (fls. 100-172), juntadas na ocasião da contestação, que foram auditadas algumas testemunhas (fls. 142-154), dentre as quais as relacionadas pela Comissão e uma arrolada pelo servidor apelado, cujos depoimentos são inconsistentes e inconclusivos para configurar desídia funcional, apontado apenas para indícios da prática das infrações imputadas ao autor, algumas só por ouvir dizer, tendo diversas delas inclusive afirmado que o indiciado goza de boa reputação, desconhecendo qualquer fato que macule sua vida profissional.*

*Não foram colacionados documentos que comprovassem as mencionadas rasuras nem qualquer usurpação de competência do diretor e homologações indevidas, bem como não foi determinada a produção de prova pericial para apuração das denúncias, sendo colhidas tão somente provas orais.*

*De mais a mais, não se menciona nos autos qualquer locupletação indevida do servidor ou prejuízo ao erário supostamente advindos das condutas atribuídas ao apelado, a reforçar a exorbitância da penalidade aplicada.*

*Por consectário, deduz-se que a pena infligida ao servidor carece de razoabilidade e proporcionalidade, porquanto aplicada em descompasso com as provas apuradas nos autos, não restando motivada pela Administração a apontada desídia, reclamando, portanto, a intervenção do Judiciário objetivando coibir a constatada ilegalidade, permitida nessa hipótese.*

*Corroborando o exposto, o Superior Tribunal de Justiça entende que “em face dos princípios da proporcionalidade, dignidade da pessoa humana e culpabilidade, aplicáveis ao regime jurídico disciplinar, não há juízo de discricionariedade no ato administrativo que impõe sanção disciplinar a Servidor Público, razão pela qual o controle jurisdicional é*

*amplo, de modo a conferir garantia aos servidores públicos contra eventual excesso administrativo, não se limitando, portanto, somente aos aspectos formais do procedimento sancionatório” (STJ; MS 17.981/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/02/2016, DJe 03/03/2016).*

*Seguem precedentes desta Corte de Justiça em casos análogos:*

*(...)*

*A sentença, pois, deve ser mantida quanto à procedência do pedido autoral de anulação da pena de demissão.*

No caso, não verifico omissão acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil considera, ainda, omissa, a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas em seu art. 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: *i)* se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; *ii)* emprega conceitos jurídicos indeterminados; *iii)* invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; *iv)* não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; *v)* invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e, *vi)* deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do art. 489 do Código de Processo Civil de 2015 impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

***PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO***

**DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.**

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n. 0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisum.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016).

E depreende-se da leitura do acórdão recorrido que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1.431.157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.104.181/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1.334.203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Quanto à aplicação da penalidade, o tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos e com fundamento nos princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade, concluiu que não há provas de qualquer locupletação indevida no servidor ou prejuízo ao erário supostamente advindo das condutas atribuídas ao Recorrido, a reforçar a exorbitância da penalidade aplicada, nos seguintes termos (fls. 533/534e):

*Infere-se das cópias do procedimento administrativo (fls. 100-172), juntadas na ocasião da constestação, que foram auditadas algumas testemunhas (fls. 142-154), dentre as quais as relacionadas pela Comissão e uma arrolada pelo servidor apelado, cujos depoimentos são inconsistentes e inconclusivos para configurar desídia funcional, apontado apenas para indícios da prática das infrações imputadas ao autor, algumas só por ouvir dizer, tendo diversas delas inclusive afirmado que o indiciado goza de boa reputação, desconhecendo qualquer fato que macule sua vida profissional.*

*Não foram colacionados documentos que comprovassem as mencionadas rasuras nem qualquer usurpação de competência do diretor e homologações indevidas, bem como não foi determinada a produção de prova pericial para apuração das denúncias, sendo colhidas tão somente provas orais.*

*De mais a mais, não se menciona nos autos qualquer locupletação indevida do servidor ou prejuízo ao erário supostamente advindos das condutas atribuídas ao apelado, a reforçar a exorbitância da penalidade aplicada.*

*Por consectário, deduz-se que a pena infligida ao servidor carece de razoabilidade e proporcionalidade, porquanto aplicada em descompasso com as provas apuradas nos autos, não restando motivada pela Administração a apontada desídia, reclamando, portanto, a intervenção do Judiciário objetivando coibir a constatada ilegalidade, permitida nessa hipótese.*

*In casu*, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, reformando o acórdão recorrido, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE**

**ADMINISTRATIVA. VEREADOR QUE NOMEIA FUNCIONÁRIOS SOB CONDIÇÃO DE ENTREGA DE PARTE DE SEUS SALÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÃO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 935 DO CC E ART. 66 DO CPP. NÃO DEPENDÊNCIA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM RELAÇÃO À AÇÃO PENAL. NÃO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO FATO OU DE NEGATIVA DE AUTORIA. PRECEDENTES. ARTS. 9º E 12 DA LEI N. 8.429/92. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO CONSIGNADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DAS PENALIDADES APLICADAS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.**

1. Hipótese na qual se discute ato de improbidade administrativa decorrente da apropriação, pelo vereador, de parte dos salários dos funcionários de seu gabinete.
2. O Tribunal de origem, soberano em matéria de fatos e provas, com suporte em análise circunstancial do acervo fático-probatório, consignou ter havido enriquecimento ilícito, porquanto o requerido, "no período de março de 1.996 a dezembro de 1.997 auferiu vantagem patrimonial indevida (.....)conduta ímproba capitulada no caput do art. 9º da Lei nº 8.429/92".
3. Cabe afastar a alegada nulidade do acórdão recorrido por omissão quanto à comprovação do enriquecimento ilícito, pois o tribunal de origem consignou expressamente que o recorrente "auferiu vantagem patrimonial indevida", não sendo obrigado, por outro lado, a enfrentar meros aspectos ou questões da lide, os quais ficam, implicitamente rejeitados.
4. Não se confundem pontos da lide, pretensões resistidas, com argumentos da parte, e uma vez tendo o acórdão consignado qual o direito aplicável para solução do caso concreto a prestação jurisdicional foi entregue.
5. Quanto à suposta omissão sobre o art. 37 da CF, sob o argumento de que a Lei 8.429/92 extrapolou o limite regulamentar quando estabeleceu outras duas penas não previstas na Lei Maior, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, a pretexto de examinar suposta ofensa ao art. 535, II, do CPC, aferir a existência de omissão do Tribunal de origem acerca de matéria constitucional, sob pena de usurpar a competência reservada à Suprema Corte.
6. Quanto à alegada violação dos arts. 935 do CC e 66 do CPP, o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento reinante no STJ, de que, não havendo sentença penal que declare a inexistência do fato ou a negativa de autoria, remanesce a independência das esferas penal, cível e administrativa, permitindo-se que a Administração imponha ao



*servidor a pena de demissão, pois não há interferência daquelas premissas no âmbito da ação por improbidade administrativa.*

*7. Acerca dos arts. 9º e 12 da LIA, uma vez tendo a instância ordinária asseverado haver dano ao erário ou enriquecimento ilícito no caso concreto, rever esta conclusão a fim de desconstituir a ocorrência de prejuízo esbarra na Súmula n. 7 desta Corte Superior.*

*8. Da mesma forma, as penas fixadas em juízo de proporcionalidade e com base em critérios como a extensão do dano e/ou o proveito patrimonial obtido pelo agente não pode ser revista por esta Corte em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7 do STJ.*

*9. Ademais, o entendimento desta Corte é de que, caracterizada a improbidade administrativa por dano ao Erário, a devolução dos valores é imperiosa e deve vir acompanhada de pelo menos uma das sanções legais que, efetivamente, visam a reprimir a conduta ímproba e a evitar o cometimento de novas infrações.*

*10. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 17.974/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/11/2011, DJe 11/11/2011)

**ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NO STJ. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVOS DE LEI FEDERAL SUPOSTAMENTE VIOLADOS. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. PROCESSO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. QUESTÃO DIRIMIDA COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 10.098/94. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 280 DA SÚMULA DO STF E DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.**

*I - Não se conhece do recurso especial quanto à alegação de negativa de vigência do artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, pois tem-se como inadmissível o recurso especial, visto que a análise de suposta violação de dispositivos constitucionais ou normas constitucionais é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal.*

*II - É deficiente o recurso especial que não indica o dispositivo de lei federal violado. Óbice, por analogia, do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual: é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

*III - A alegação da parte recorrente de impossibilidade de prosseguimento do processo administrativo, por estar o servidor em gozo de licença saúde, foi dirimida à luz da interpretação da Lei*

*Complementar Estadual n. 10.098/94. A circunstância afasta a possibilidade de conhecimento do recurso especial pela incidência do enunciado n. 280 do STF, segundo o qual "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".*

*IV - Quanto à alegação de cerceamento de defesa pela não intimação da parte recorrente, o Tribunal a quo analisou a alegação de cerceamento de defesa diante das circunstâncias fáticas, para considerar que a nomeação de defensor dativo supriu a alegação.*

*Portanto, também é inadmissível o recurso especial, pela incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, pois a análise das razões da decisão recorrida implicaria o reexame de fatos e provas .*

*V - O provimento do recurso especial depende de exame do conjunto fático-probatório dos autos com o intuito de aferir eventual razoabilidade e proporcionalidade na pena de demissão imposta ao servidor. Essa tarefa não é possível em recurso especial, nos termos do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.*

*VI - Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AgInt no AREsp 880.354/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017)*

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está

condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10º do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO n. 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 3º, I e 11, do Código de Processo Civil de 2015, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados em R\$ 1.000,00 (mil reais) para R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora